



POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI

Eliane Almeida de Souza¹
Roseli da Rosa Pereira²

GT 31: Universidade e Formação Política: Desafios Contemporâneos

Resumo: Este ensaio tem por finalidade apresentar as principais políticas de ações afirmativas que permeiam a gestão da universidade pública no Brasil atualmente. Nossa análise está ancorada no texto de Boaventura de Sousa Santos intitulado “A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade” (2005), cujo autor coloca em relevo as áreas relevantes que a universidade deve levar em conta, no que tange a seu papel social e como produtora de conhecimento científico: o acesso; a extensão; a ecologia de saberes, a pesquisa-ação e a relação universidade/escola pública. O presente trabalho também discute as ações afirmativas e as políticas de cotas instituídas pelo governo federal por volta de 2000, procurando situar o panorama atual da Universidade Brasileira quanto ao acesso e permanência e sua repercussão na sociedade.

Palavras-chave: Boaventura de Sousa Santos. Ensino Superior. Universidade Pública. Ações Afirmativas. Cotas Raciais.

INTRODUÇÃO

Na atualidade a Universidade pública enfrenta o avanço das tecnologias da informação e comunicação, que coloca de um lado o conhecimento e a informação e de outro a cidadania e a formação, o que atinge diretamente o seu sentido democrático. Boaventura de Sousa Santos enumera cinco áreas que são fundamentais para a democratização da Universidade: o acesso, a extensão, a pesquisa-ação, a ecologia de saberes e a relação universidade/escola.

Ao se referir ao acesso, Santos propõe ações voltadas para a sua democratização como, por exemplo, a promoção de parcerias entre a universidade e a escola pública no domínio pedagógico e científico; gratuidade da universidade pública e auxílio em forma de bolsas – e não empréstimos – aos estudantes de classes trabalhadoras; enfrentamento das discriminações raciais, étnicas e socioeconômicas, com programas de ação afirmativa para o acesso e

¹ Doutoranda em Educação/PPGEDU/UFRGS, [Grupo de Pesquisa InovAção & AvaliAção](mailto:negrasim2004@yahoo.com.br), negrasim2004@yahoo.com.br.

² Mestranda em Educação/PPGEDU/UFRGS, [Grupo de Pesquisa InovAção & AvaliAção](mailto:roseli.pereira@ufrgs.br), roseli.pereira@ufrgs.br.



acompanhamento dos alunos que as sofrem. Em uma palestra em Porto Alegre Boaventura (2013) nos afirma que “se estas políticas emergentes são para os grupos historicamente excluídos, são para estes que devem chegar primeiro”. Portanto, sua fala evidencia que o sistema de cotas está desenhado para a inserção de grupos específicos (negros, indígenas) nas universidades oriundas de escolas públicas, sempre que abordamos estas questões, surgem diversos argumentos de que estas políticas não são prioridades, que se deve primeiro melhorar a educação básica, e outros. Neste mesmo tempo, o autor reforça que estes grupos não “são” minorias e sim “foram feitos” minorias.

No que se refere a Extensão SANTOS (2005, 175) destaca que “as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados”.

No que concerne à pesquisa-ação a posição de Santos concerne na definição e execução participativa de projetos de pesquisas envolvendo as comunidades e organizações sociais populares, de braços com problemas cuja solução pode beneficiar os resultados da pesquisa. Pois os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores, e a produção do conhecimento científico ocorre, assim, estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil (SANTOS: 2005, p. 176).

Neste mesmo caminho, sob a ótica deste autor, a ecologia de saberes parte do aprofundamento da pesquisa-ação e consiste na promoção de espaços em que os saberes ditos leigos possam dialogar com os saberes científicos produzidos pela universidade, promovendo uma "nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo" (SANTOS, 2005, p. 177).

Quanto à relação universidade e escola pública SANTOS (2005, p. 181) frisa que “o princípio a ser afirmado é o compromisso da universidade com a escola pública. A partir daí, trata-se de estabelecer mecanismos institucionais de colaboração através dos quais seja construída uma integração efectiva entre a formação profissional e a prática de ensino”. SANTOS (2005, p. 182) . Ele enfatiza que as condições necessárias para que se firme



o compromisso da Universidade com a escola pública firmam-se na “*valorização da formação inicial e sua articulação com os programas de formação continuada; 2) Reestruturação dos cursos de licenciatura de forma a assegurar a integração curricular entre a formação profissional e formação acadêmica; 3) Colaboração entre pesquisadores universitários e professores das escolas públicas na produção e difusão do saber pedagógico, mediante reconhecimento e estímulo da pesquisa-ação; 4) Criação de redes regionais e nacionais de universidades públicas para desenvolvimento de programas de formação continuada em parceria com os sistemas públicos de ensino*”.

É sobre estas cinco áreas que Boaventura nos aponta com propriedade que estão direcionadas todas as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais. Portanto, faz-se necessário estarmos atentos para qualquer violação destes direitos conquistados historicamente pelos movimentos sociais e em especial, pelo movimento negro.

DIALOGANDO COM AS POLÍTICAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

As políticas do Ensino Superior implantadas no Brasil com a denominação de Ações Afirmativas, buscam atender alunos oriundos de escolas públicas, alunos autodeclarados negros e indígenas nas universidades. Para tanto, apresentamos alguns dos dispositivos legais (legislações) que incidem diretamente nas questões referentes ao acesso e a permanência.

1) PROUNI - Programa Universidade para Todos - institucionalizado pela Lei n.º 11.096, em 13 de janeiro de 2005, tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou da rede particular nas condições de bolsistas integrais, como renda per capita familiar máxima de três salários mínimo. Destaca-se que:

- as inscrições para o PROUNI no ano de 2014 totalizou 653.992 candidatos. Os cursos preferidos foram as engenharias (166.807), Administração (137.515); Direito (119.447); ciências contábeis (61.169) e pedagogia (56.250). Outro dado importante quanto ao PROUNI foi a procura desta Programa sendo a maioria por mulheres, ou seja, um total de



59% sendo então 384.063. No que se refere às questões étnicas, a maior parte dos candidatos são negros, ou seja, 409.527, representando 62%;

- os brancos representam 34,9%; os amarelos 2,4% e apenas 0,1% representa os que se autodeclararam indígenas, totalizando então 853 candidatos.

- ainda de acordo com o MEC, os jovens totalizaram, ou seja, um percentual de 60% que possuem idades de 18 a 24 anos 392.329.

- dos (98.828) que equivale a 15%, são jovens de 25 a 30 anos; e (71.952) referem-se aos jovens com menos de 17 anos. Vale lembrar que apenas 4% possuem mais de 40 anos, sendo estes, 26.102. Vale ressaltar que o Programa de Ações Afirmativas – como no caso do PROUNI, são criadas voltadas para IES privadas.

2) Ações Afirmativas - as Universidades Públicas têm adotado internamente as ações afirmativas e cotas como formas de permitir acesso ao ensino superior de estudantes do ensino público e também negros e indígenas, oriundas da luta do movimento negro brasileiro, que ao não ver contemplado no currículo nestas especificidades vêm historicamente construindo caminhos e novas formas de garantir o acesso e a permanência destes nos bancos escolares.

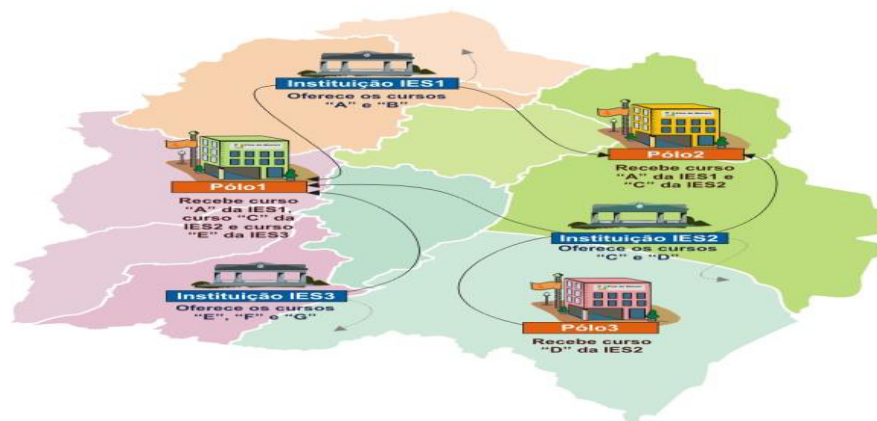
3) FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (1998) - é um programa do Ministério da Educação do Brasil destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. O bolsista parcial do ProUni poderá utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para custear os outros 50% da mensalidade, sem a necessidade de apresentação de fiador na contratação do financiamento. É necessário, ainda, que a instituição para a qual o candidato foi selecionado tenha firmado Termo de Adesão ao PIBID – Programa de Iniciação à Docência buscando a aproximação das universidades e a comunidade escolar;

4) UAB – Universidade Aberta do Brasil – o sistema foi criado em 2005 para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Tem como proposta formar gestores, professores e profissionais da educação em temas e conteúdos que perpassam a educação, tais como diversidade, gestão, direitos humanos, educação inclusiva, educação



ambiental, saúde e escola, dentre outros. É um sistema que contribui para universalização da educação, acesso ao ensino superior, formação e requalificação de professores, através da interiorização do ensino. Para registrar seu funcionamento, vejamos a figura abaixo:

Fonte: CAPES



5) INCLUIR – foi instituído em 2005, e cumpre os Decretos 5.296/2004 e 5.626/2005, publicado no Diário Oficial da União nº 84, seção 3, páginas 39 e 40, de 5 de maio de 2008.. Ele é um Programa de Acessibilidade na Educação Superior – voltado para a inclusão de estudantes portadores de deficiência no Sistema Federal de Ensino Superior, e tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Com a finalidade de receber apoio financeiro do MEC, o PROUNI lança editais com para apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas Instituições de Ensino Superior. E estes por sua vez, melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. Para isso, são recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro, sendo selecionadas as que atendem às exigências do programa

6) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (1998) – no que concerne ao Ensino Superior destina-se ao cumprimento da garantia de formação



profissional, mediante oferta de cursos de graduação ou pós-graduação. O PRONERA é uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais e nasceu da articulação da sociedade civil;

7) PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

8) REUNI – É um Programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007) – que prevê a criação de novos Cursos e Institutos Federais, ampliação de vagas e também a ampliação de estruturas físicas, laboratórios, etc.

A partir destas ações surgem legislações voltadas para o Ensino Médio, de relevância para o acesso ao Ensino Superior no Brasil: a reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que ampliou as possibilidades para os estudantes que saem do ensino médio entrarem em uma faculdade ou universidade; o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Enem como única fase de seu processo seletivo.

Quanto à Gestão do Ensino Médio surge o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que foi regulamentado pela Portaria Ministerial Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Através dele, o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Distritais de Educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuarão no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas.



Dentre estas, citamos algumas específicas que se referem às questões negras e indígenas: O Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.639/03, 11.645/08 3 e a Lei 12.711 de 2012.

Portanto, a nosso ver, é preciso enfrentar o novo com o novo, ou seja, estas políticas chegam para que as universidades repensem a sua estrutura, o seu conteúdo e especialmente as questões sobre a mercantilização da educação superior. Sobre este assunto, Boaventura nos diz:

“As transformações da última década foram muito profundas e, apesar de terem sido dominados pela mercadorização da educação superior, não se reduziram a isso. Envolveram transformações nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento. Em face disso, não se pode enfrentar o novo contrapondo-lhe o que existiu antes. Em segundo lugar, porque o que existiu antes não foi uma idade de ouro ou, se o foi, foi-o para a universidade sem o ter sido para o resto da sociedade, e, no seio da própria universidade, foi-o para alguns e não para outros”. (SANTOS, 2010, pg. 62)

Contudo, em consonância com as ações de melhoria do Ensino Médio e de acesso e inclusão no Ensino Superior torna-se evidente a necessidade de se “ambicionar” a ampliação de condições de espaço e estruturas físicas para a permanência da comunidade da escola e da universidade públicas, onde todos se co-responsabilizem pelo bem público que é sinônimo de “seu”, “nosso”, do presente e do futuro. E para isso, também há de se levar em conta a qualificação e a valorização da profissão docente.

Acreditamos que para que o aluno adentre o espaço universitário, ainda muito ele precisa trilhar. E se este for oriundo de grupos excluídos historicamente, as ações afirmativas tem sido o melhor caminho. Embora muitos não entendam as suas diversificações e objetivos, elas possibilitam de fato e de direito o ingresso destes alunos a partir de uma reserva com definições próprias na quais eles precisam atender. E as universidades vêm aos poucos se apropriando e implementando estas políticas específicas abordando o tema da reconquista da legitimidade. Sobre isso, novamente Boaventura nos alerta:

“Afetada irremediavelmente a hegemonia, a legitimidade é simultaneamente mais premente e mais difícil. A luta pela legitimidade vai assim ser cada vez mais exigente e a reforma da universidade deve centrar-se nela. São cinco áreas de ações neste domínio: acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia de saberes; universidade e escola pública. (SANTOS, 2010, pg.66)



CONCLUSÕES

A Universidade tem como seu maior desafio no Século XXI repensar a educação em sua razão de ser: a comunidade, a sociedade – e voltar-se para o ensino, a pesquisa e a extensão. Para isso, é necessário que as ações direcionadas referentes ao conhecimento científico incluam em seu currículo os diálogos com outras culturas, outras etnias, gerando quiçá outros saberes.

Mais do que nunca à educação de um país cabe o compromisso e a responsabilidade social de “desvelar” temas que a todos são significativos tais como: a globalização, as tecnologias da informação, os movimentos sociais, o trabalho, a economia, o ar, a água, a energia solar, a alimentação, o meio ambiente, etc.

Cada vez mais o poder da globalização aliado ao poder da tecnologia e da informática invade as instituições, a família e a escola, criando distanciamentos e possibilidades de diálogos entre professores, alunos e sujeitos sociais.

Contudo, observamos estratégias de extermínio do ser humano em prol do surgimento de um ser planejado e construído, ou seja, um ser manipulado pela repetição, pela pressa, manejado pela busca do poder, do dinheiro, da automação e tudo que o move cada vez mais para o campo da competitividade.

Por isso, acreditamos na possibilidade do ser humano buscar a si próprio em parceria com o outro, com os outros, estabelecendo aí uma construção do conhecimento mais crítico, coletivo e transcendental

Reconhecer a comunidade como portadora de conhecimento, de experiência de vida e, principalmente, como co-responsável pela instituição escola é essencial para que se construa o um processo mais democrático e desejável nos dias de hoje. Para isso é necessário na condição de professores e pesquisadores nos dar conta que a escola é um dos maiores propagadores de cultura, de troca de saberes e de acúmulo de conhecimentos, que além das práxis traz sempre consigo a teoria em seu bojo.



Portanto é necessário que entendamos que a tríade Estado-Universidade-movimentos sociais são agentes de transformação social capazes de desenvolver a consciência crítica sobre o “estar no mundo” e do sujeito entender-se como um “ser inacabado” e que está sempre em contato com este mundo: um mundo diversificado em tudo, portanto, um mundo de diferentes sentidos, saberes e sabores que oportuniza o ser humano que é único, várias relações, várias divergências sobre o mesmo prisma.

Contudo, os governantes, os profissionais das áreas educacionais, os ativistas e militantes sociais devem se empenhar e acreditar que para “ter” acesso aos bens comuns é preciso a realização dos diálogos e da conscientização coletiva, que pode ser hoje avaliada, analisada pela implementação das políticas públicas que chegam para somar com a qualificação e recuperação da dignidade do ser humano, tendo como ponto fundamental a educação.

Por isso é importante resgatar o saber dos alunos escutando, dialogando, reafirmando e/ou resgatando o significado de sua origem e como este vê a nossa sociedade, partindo do princípio do significado de cidadania para ele. Portanto os que educam não podem ficar jamais na condição de neutralidade – ou seja: quem educa nunca é neutro.

Assim, ousamos neste trabalho, apontarmos algumas iniciativas alavancadoras na Universidade, contribuindo em seu processo de redemocratização. Pois esta possui um trunfo em suas mãos na medida em que recebe por excelência a diversidade da sociedade e em contrapartida contextualiza as desigualdades e as diferenças entre todos os sujeitos, porque é a instituição que coloca em relevo a importância da participação social coletiva.

Fica, portanto, a certeza de que a Educação faz parte de um processo de transformação social e tem como compromisso a inserção em seu currículo da temática “políticas de ações afirmativas”, no sentido de abarcar as desigualdades históricas para que estas disparidades sejam evidenciadas como parte do processo de conhecimento dos alunos e redemocratização da Universidade.

IX SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

De 28 a 30 de setembro de 2016



Resumen: This paper aims to present the main affirmative action policies that permeate the management of public university in Brazil today. Our analysis is based on Boaventura text Sousa Santos entitled "The University in the XXI century: towards a democratic and emancipatory reform of the university" (2005), where the author highlights the relevant areas that the university should take into account, in terms to its social role as a producer of scientific knowledge: access; extension; the ecology of knowledge, action research and the relationship university / public school. This paper also discusses affirmative action policies and quotas imposed by the federal government by 2000, looking to situate the current situation of the Brazilian University in access and retention and its impact on society.

Keywords: Boaventura de Sousa Santos. Higher education. Public university. Affirmative Action. Racial quotas

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasília, 2015. <http://portal.mec.gov.br/> - acessado em 28/06/2015.

PORTAL TERRA. <http://noticias.terra.com.br/educacao/prouni-tem-50-a-mais-de-inscritos-62-sao-negros,4177fa10c6796410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html> - acessado em 1.º/07/2015.

QUEIROZ, Fernanda C. B.; QUEIROZ, Jamerson V.; VASCONCELOS, Natalia V. C. de; FURUKAVA, Marciano; HÉKIS, Hélio R.; PEREIRA, Flávia A. B. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **ENSAIO: avaliação e políticas públicas em educação**, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v. 21, n.º 79, p. 349-370, abr./jun. 2013.

SANTOS, Boaventura Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 23, 2005, 137-202.

SOUZA, Boaventura de Sousa. A universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade - 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL/CAPES, Brasília, 2015. <http://uab.capes.gov.br/index.php/sobre-a-uab/teste> - acessado em 1.º/07/2015.